

Contrato n.º 340/2024

Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
Entre Município de Oeiras e União Recreativa do Dafundo

Aquisição/manutenção de equipamentos no âmbito do Regulamento de Apoio ao
Associativismo Desportivo de Oeiras (RAAD)

Preâmbulo

Considerando que: ____

A) A prática de atividade física e desporto é um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa, que igualmente vincula, desde logo, o relevante papel das coletividades desportivas na materialização deste desígnio. ____

B) As coletividades são uma das bases a partir da qual todo o desenvolvimento desportivo se constrói, da prática informal à alta competição, onde crianças, jovens a adultos, desempenham igualmente um papel fulcral na promoção da integração e coesão social nas comunidades onde se inserem; ____

C) O Município de Oeiras, no âmbito da prossecução das suas políticas de desenvolvimento desportivo para o concelho, reconhece inequivocamente como de interesse municipal o trabalho realizado pelas coletividades desportivas; ____

D) O Município de Oeiras reconhece que um dos eixos fundamentais de desenvolvimento desportivo, passa necessariamente pelo apoio às associações desportivas. Estas entidades,

para além de portadores de uma utilidade social muito relevante, são polos imprescindíveis para o desenvolvimento e prática desportiva local e nacional; ____

E) O Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Oeiras, doravante designado RAAD, publicado em Diário da República no Edital n.º 1223/2015, 2.ª série, n.º 254, de 30 de dezembro, prevê o apoio a entidades coletivas sem fins lucrativos com sede no concelho que desenvolvam atividades de interesse municipal, no âmbito da atividade física e do desporto, sob a forma de comparticipação financeira para obras ou aquisição/manutenção de equipamentos (artigo 1.º e al. b) do n.º 2, e n.º 6, ambos do artigo 3.º); ____

F) Tendo sido observado o procedimento disciplinado nos artigos 4.º, 5.º e 7.º a 9.º do RAAD, a Câmara Municipal de Oeiras aprovou a atribuição de uma comparticipação financeira à **União Recreativa do Dafundo** para requalificação/manutenções, via proposta de deliberação n.º 344/2024, aprovada em 17 de abril de 2024. ____

G) De acordo com o previsto no nas alíneas f), g) e m) do número 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado (doravante RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as autarquias locais têm atribuições nomeadamente nos domínios dos tempos livres e desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento; ____

H) Nos termos das alíneas o) do n.º 1 do artigo 33º do RJAL, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas do apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. ____

MUNICÍPIO
OEIRAS

Assim, é celebrado, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º, do n.º 5 do artigo 8.º e dos artigos 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, e do artigo 2.º, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que altera e republica o Regime Jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, bem como do artigo 1.º e al. b) do n.º 2, n.º 4 e 5 do artigo 3.º e artigo 9.º, todos do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, Edital n.º 1223/2015, publicado no *Diário da República*, 2.º Série, n.º 254, de 30 de dezembro e na sequência da deliberação camarária infra indicada. __

Entre: __

Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público número 500.745.943, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por **Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves**, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Município, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, cujos poderes lhe são conferidos por delegação de competências efetuada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos do Despacho número 01/2023 de 02 de janeiro, adiante designado como **MUNICÍPIO** ou **PRIMEIRO OUTORGANTE**; __

E, __

União Recreativa do Dafundo, com sede na Rua 1.º de maio, n.º 12, letras B e C, 1495-745 Dafundo, pessoa coletiva n.º 501610979, neste ato representada por **Bruna Antonieta Pereira Coelho**, portadora do cartão de cidadão [REDACTED] emitido pela República Portuguesa, **Rita Susana Ramalho de Sá Rebelo**, portadora do cartão de cidadão [REDACTED] emitido pela República Portuguesa, e por **João Manuel Batalha Neves**, portador do cartão de cidadão n.º

emitido pela República Portuguesa, todos com domicílio necessário na sede da associação sua representada, nas qualidades de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, respetivamente, com poderes para outorgar o presente contrato, nos termos do artigo 23º dos Estatutos e Ata n.º 128 da Assembleia Geral de 16 de dezembro de 2021 que elegeu os órgãos sociais e Ata de Posse n.º 56, da mesma data, cujas cópias arquivo, adiante designada por **SEGUNDO OUTORGANTE**;__

É acordado e livremente aceite o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, de acordo com a Proposta de Deliberação n.º 344/2024 aprovada em reunião de Câmara de 17 de abril de 2024, ao abrigo do previsto no Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Oeiras (RAAD), e que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelo disposto nos art.ºs 19.º a 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro e, supletivamente, com as necessárias adaptações, pela Parte III do Códigos dos Contratos Públicos, na versão atual de ambos os diplomas legais. ____

Cláusula 1ª

Objeto

1. Através do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, adiante designado por Contrato, o **MUNICÍPIO** concede ao **SEGUNDO OUTORGANTE**, uma comparticipação financeira para execução do(s) investimento(s) constante(s) no **Anexo I** ao presente Contrato, e que dele faz parte integrante. ____
2. A presente comparticipação financeira destina-se a:
 - a) Investimento na construção/conservação/beneficiação da(s) seguinte(s) infraestruturas/equipamentos, com a designação “*Requalificação do sistema de iluminação do pavilhão/sala de desporto*”, próprios/ou sob gestão do **SEGUNDO OUTORGANTE**, considerada essencial para o

normal desenvolvimento da sua atividade ou para o desempenho das suas funções;

Cláusula 2ª

Valor de Comparticipação

Para a execução do investimento constante no **Anexo I** ao presente Contrato, é concedida pelo **PRIMEIRO OUTORGANTE** ao **SEGUNDO OUTORGANTE** uma comparticipação financeira correspondente a 80,868% do respetivo investimento, até ao valor máximo de **4.700,00€** (quatro mil e setecentos euros). ____

Cláusula 3ª

Regime de Comparticipação

1. O montante a atribuir será processado através de uma ou mais transferências, a realizar de acordo com a disponibilidade de tesouraria, até ao limite de 31 de dezembro do corrente ano, e após receção no Município de documento de despesa. ____
2. O presente regime de comparticipação e respetivas transferências não ficará sujeito a quaisquer outros índices ou indicadores de evolução de preços. ____
3. Qualquer quantia que exceda o valor da comparticipação indicada na Cláusula anterior para execução do presente Programa de Desenvolvimento Desportivo será integralmente assegurada e da responsabilidade do **SEGUNDO OUTORGANTE**. ____
4. A alteração dos fins a que se destina a verba prevista na Cláusula anterior só pode ser feita mediante autorização expressa do **PRIMEIRO OUTORGANTE**, com base numa proposta concreta e fundamentada a apresentar pelo **SEGUNDO OUTORGANTE** ao **PRIMEIRO OUTORGANTE**. ____
5. O encargo resultante do presente contrato-programa será satisfeito pelo Município pela dotação orçamental seguinte: orgânica 02-Câmara Municipal; classificação

económica 080701- Instituições sem fins lucrativos e encontra-se cabimentada na rúbrica 2022/152.2 - Apoio ao Associativismo Desportivo - Beneficiação de Instalações/Equipamentos, tendo-lhe sido atribuída a ficha de compromisso com o número sequencial 1956082 datada de 19 de abril de 2024. ____

Cláusula 4ª

Suspensão do pagamento da participação financeira

1. O pagamento da participação financeira ao abrigo do presente contrato será suspenso no caso de o **SEGUNDO OUTORGANTE** se encontrar em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, e enquanto tal incumprimento se mantiver; ____
2. O pagamento da participação financeira ao abrigo do presente contrato será suspenso em caso de incumprimento de legislação referente quer à luta contra a dopagem no desporto (Lei 81/2021 de 30 de novembro, versão atual) quer ao combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos (Lei 39/2009 de 30 de julho, versão atual), bem como das determinações das entidades competentes nestas áreas, enquanto tal incumprimento se mantiver. ____

Cláusula 5ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

São deveres do **SEGUNDO OUTORGANTE**: ____

- a) Assegurar a execução integral e atempada do programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato-programa, nos termos definidos; ____
- b) Assegurar a execução integral do presente contrato; ____

- c) Afetar a comparticipação financeira exclusivamente à execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto deste contrato, respeitando as condições e finalidades estabelecidas; ____
- d) Informar de imediato o **MUNICÍPIO** de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar o cumprimento integral do contrato; ____
- e) Prestar contrapartidas de interesse público para o **MUNICÍPIO** e para a comunidade; ____
- f) Cumprir todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente obtendo todas as permissões administrativas necessárias à realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo; ____
- g) Remeter ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do contrato, acompanhado dos respetivos comprovativos de despesa, no prazo máximo de 60 dias após o término do contrato; ____
- h) Consentir o acompanhamento e controlo pelo **MUNICÍPIO** das obrigações legais, regulamentares e contratuais a que está adstrita, bem como prestar todas as informações que lhe forem solicitadas; ____
- i) Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação da comparticipação financeira atribuída pelo **MUNICÍPIO**, nomeadamente os comprovativos de despesa referentes ao custo total previsto para a concretização do programa, bem como disponibilizá-la aos serviços municipais, sempre que solicitada, no âmbito do acompanhamento e controlo previsto na alínea anterior; ____
- j) Disponibilizar o acesso às instalações para efeitos de acompanhamento e controlo da comparticipação financeira atribuída pelo **MUNICÍPIO**; ____
- k) Publicitar os apoios recebidos, quer por menção expressa do Município de Oeiras, quer por inclusão do respetivo logotipo, respeitando o Manual de Normas gráficas associadas à sua utilização que pode ser consultado em www.oeiras.pt; ____

- l) Criar no respetivo sistema contabilístico um centro de resultados para registo exclusivo dos proveitos referentes à execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato e dos respetivos custos associados, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação da comparticipação financeira às finalidades a que se destina, com menção expressa da sua proveniência e da sua insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração; ____
- m) Incluir nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do presente contrato; ____
- n) Efetuar o averbamento do ónus de impenhorabilidade, bem como da insusceptibilidade de apreensão judicial ou oneração quando os bens adquiridos ou construídos com a comparticipação financeira sejam objeto de registo; ____
- o) Comprovar que se encontram numa situação de cumprimento das suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social; ____
- p) Assegurar que a escolha do procedimento a adotar, para as obras ou aquisição/manutenção de equipamentos, em função do valor do contrato a celebrar, obedece às regras plasmadas no Código dos Contratos Públicos. ____

Cláusula 6ª

(Incumprimento das obrigações do Segundo Outorgante)

1. O incumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato dará lugar à suspensão imediata do pagamento das comparticipações financeiras, presentes e futuras, designadamente quando o **SEGUNDO OUTORGANTE** não cumpra: ____
2. As obrigações referidas na cláusula 6ª; ____
3. Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor; ____
4. O incumprimento culposo deste contrato por parte do **SEGUNDO OUTORGANTE** confere ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** o direito de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa. ____

5. Nos demais casos, não referidos no número anterior, o incumprimento confere ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** o direito de reduzir proporcionalmente a sua participação. ____
6. O **SEGUNDO OUTORGANTE** obriga-se ainda a restituir ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** os montantes recebidos que não tenham sido aplicados na execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo objeto do presente contrato-programa. ____

Cláusula 7ª

Dever de Sustação

Caso a **SEGUNDA OUTORGANTE** deixe, culposamente, de cumprir este contrato-programa de desenvolvimento desportivo, não poderá beneficiar de novas participações financeiras, enquanto não repuser as quantias que devam ser legalmente restituídas. ____

Cláusula 8ª

(Acompanhamento e controlo da execução do programa)

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, compete ao **PRIMEIRO OUTORGANTE**, através dos respetivos serviços municipais competentes, fiscalizar a execução do presente contrato, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade interna ou externa; ____
2. Compete ainda ao **PRIMEIRO OUTORGANTE** o exercício dos poderes de fiscalização quanto aos procedimentos executivos necessários para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **SEGUNDO OUTORGANTE**, tendo em conta as contrapartidas de interesse público a cumprir; ____

3. Qualquer das diligências de acompanhamento e controlo referidas nos números anteriores deverão ser notificadas, por escrito, ao **SEGUNDO OUTORGANTE**, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis; ____
4. De modo a acompanhar permanentemente a execução contratual, é designado o Técnico Superior [REDACTED] da Divisão de Desporto, como Gestor do Contrato, nos termos do artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos. ____

Cláusula 9ª

(Modificação do Contrato-Programa)

1. O presente contrato pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março. ____
2. Qualquer alteração ou adaptação do programa objeto do contrato, carece de prévio acordo expresso do **PRIMEIRO OUTORGANTE**. ____
3. Todos os aditamentos e alterações só serão válidos e eficazes se realizados por escrito, com expressa menção das cláusulas revogadas, aditadas ou alteradas. ____

Cláusula 10ª

(Vigência do Contrato)

O presente contrato-programa apenas produz efeitos a partir da data da sua publicação, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, com termo a 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogável por mais um ano, por motivos devidamente fundamentados e não imputáveis ao **SEGUNDO OUTORGANTE**. ____

Cláusula 11ª

Caducidade do Contrato-Programa

1. O presente contrato programa cessa quando: ____

- b) Esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; ____
 - c) Por causa não imputável ao **SEGUNDO OUTORGANTE**, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; ____
 - d) O **PRIMEIRO OUTORGANTE** exerça o seu direito de resolver o contrato; _
 - e) Não forem entregues os documentos comprovativos das obrigações fiscais e contributivas no prazo estipulado. ____
2. A cessação do contrato produz efeitos por notificação dirigida à contraparte, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do momento do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento. ____

Cláusula 12º

(Litígios)

1. Os litígios emergentes da execução do presente contrato são submetidos à arbitragem nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março. ____
2. Da decisão proferida pela instância arbitral cabe recurso nos termos da lei. ____

Cláusula 13ª

Publicidade

Nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, conjugado com o artigo 4.º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, o presente Contrato-Programa será objeto de publicação nos termos da lei. ____

Cláusula 14ª

Casos Omissos

Em tudo o que seja omissos o presente contrato serão aplicadas as disposições legais em vigor. ____

E para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado por ambos os outorgantes, perante mim, [REDACTED] na qualidade de Oficial Pública, nomeada por despacho nº 57/2023 do Presidente da Câmara Municipal, em 11 de abril, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que o fiz escrever e também assino. ____

Oeiras, 23 de maio de 2024. ____

Pelo Primeiro Outorgante

[REDACTED]

Francisco Rocha Gonçalves

Pelo Segundo Outorgante

[REDACTED]

Bruna Coelho

[REDACTED]

Rita Rebelo

[REDACTED]

João Neves

A Oficial Pública

[REDACTED]



Foto: Obra Moradia Unifamiliar (Sintra)

Proposta PT05/2024

PROJETO DE CONSTRUÇÃO:
Revisão da Parte Elétrica na Nave Principal

CLIENTE:
União Recreativa do Dafundo

A/C: União Recreativa do Dafundo
Assunto: "Revisão da Parte Elétrica na Nave Principal"

PT05/2024

Assunto: Proposta para a obra: "Revisão da Parte Elétrica na Nave Principal"

Algés, 08 de Fevereiro de 2024

Exmo (s) Sr. (es),

Conforme solicitado, serve o presente a enviar-lhe a nossa proposta para execução da empreitada: "Revisão da Parte Elétrica na Nave Principal", conforme os elementos fornecidos por V/ Ex.ª, bem como os esclarecimentos prestados.

Valor Global da Proposta:

4.725,15€

(Quatro mil, setecentos e vinte cinco euros e quinze cêntimos)
Iva a acrescer à taxa legal em vigor

Prazo Estimado de Execução da Empreitada:

A combinar

Validade da Proposta: 30 Dias

Condições de Pagamento: A combinar.

Caso nos distingam com a vossa preferência, deverão informar-nos disso, com a antecedência mínima de 2 semanas antes do início da obra, para que possamos mobilizar todos os meios materiais, de equipamento e humanos para a sua execução.
Sem outro assunto de momento, ficando à disposição de V./Exas., para qualquer esclarecimento que julguem necessário, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

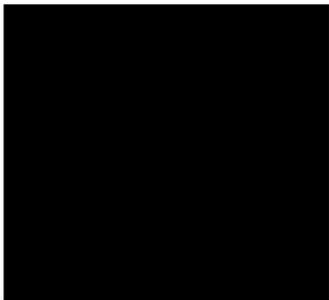


Dinis Mascarenhas
Dep. Técnico - DCHJ

ART.	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAIS
1.	Desmontagem de toda a parte eléctrica que não se encontra no seu bom funcionamento, incluindo montagem e desmontagem de andaimes, incluindo transportes de resíduos ao vazadouro na nave principal.	vg	1,00	975,80 €	
2.	Fornecimento e colocação de nova cablagem eléctrica até aos pontos de luz que vão ser aplicados em novos locais, incluindo todos os trabalhos inerentes na nave principal.	vg	1,00	1 262,85 €	
3.	Fornecimento e aplicação de novos pontos de luz com holofotes de Led, incluindo todos os trabalhos inerentes na nave principal.	vg	1,00	2 486,50 €	
Total				4 725,15 €	
Algés, 08 FEVEREIRO 2024					

CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

1. Os valores da proposta serão acrescidos da taxa de I.V.A. à taxa legal em vigor.
2. As adjudicações deverão ser enviadas por escrito, mencionando o número da proposta, e os dados para facturação, nomeadamente nome a constar na factura, número de contribuinte e morada.
3. Condições de Pagamento:
 - 30% com a Adjudicação;
 - 40% a meio dos trabalhos;
 - 30% no final dos trabalhos.
4. Os pagamentos deverão ser efectuados até 5 dias após a data da factura.
5. Todos os materiais aplicados em obra são propriedade exclusiva da DCHJ até ao pagamento total dos trabalhos.
6. Responsabilidades do cliente:
 - Custos para fornecimento de água e energia eléctrica no local dos trabalhos
 - Custos com licenças camarárias
7. Todos os trabalhos eventualmente solicitados que não estejam orçamentados serão objecto de um orçamento adicional.



grupo

DCHJ **construções**

Rua Margarida Palla, nº11 2-A, 1495-143, Algés

Tel.:  www.dchi.pt | geral@dchi.pt

